

Governo suspende contrato suspeito

» RICARDO TAFFNER

A Secretaria de Educação avalia a continuidade do programa Ciência em Foco nas escolas públicas do Distrito Federal. Até o fim desta semana, deve sair levantamento do órgão sobre o cumprimento do contrato realizado sem licitação, em 2007, com a empresa Sangari no valor de R\$ 289.787.910. O Tribunal de Contas do DF identificou possíveis irregularidades na execução dos serviços e determinou, em

14 de dezembro, a realização de levantamentos para verificar a compatibilidade dos valores pagos com os praticados no mercado. Com base na decisão do tribunal, a secretaria formou, no início do mês, uma comissão de investigação e comunicou, na última sexta-feira, a suspensão temporária do contrato.

De acordo com estimativas do governo, foram pagos quase R\$ 200 milhões nos últimos anos e não há expectativa de prazo para a reto-



Valor total do contrato firmado com Sangari

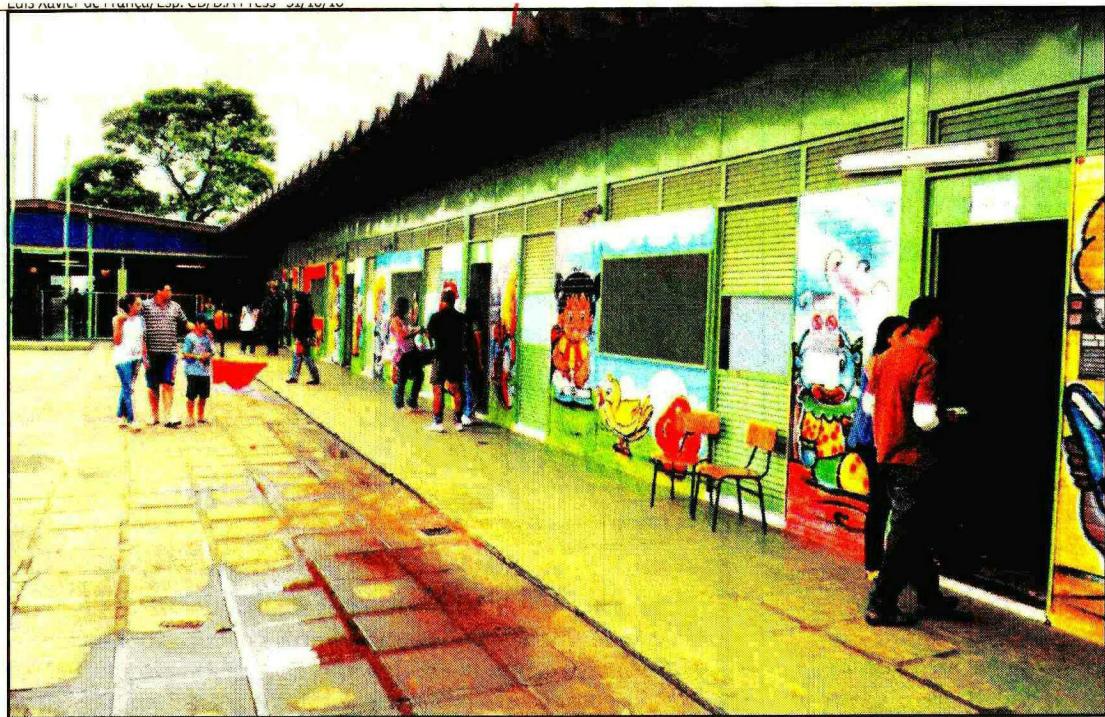
mada dos serviços. De acordo com nota enviada pela secretaria, a comissão avalia não somente os valores cobrados, "mas também o impacto do programa na aprendizagem dos alunos em ciências naturais". A expectativa é que relatório final seja encaminhado até sexta-feira ao Tribunal de Contas. A tendência é que o parecer peça o rompimento definitivo do contrato.

O programa Ciência e Foco prevê o treinamento de professores e a distribuição de materiais pedagógicos e de investigação para disciplinas como biologia, física e química. Há suspeitas de superfaturamento dos kits montados pela empresa, que contêm itens como microscópios, lentes, copos e jogos. Os conjuntos de equipamentos custa entre R\$ 6 e

R\$ 200, a depender dos componentes. De acordo com a Sangari, o custo mensal médio por aluno é de R\$ 15,58. O valor total do contrato compreenderia cinco anos de duração, com atendimento de 318 mil alunos e 7 mil professores do ensino fundamental, em 528 escolas públicas.

O contrato sem licitação foi questionado, em 2007, pelo Mi-

nistério Público (MPDFT). Desde então, os conselheiros do Tribunal de Contas têm avaliado a gestão do programa. A empresa recebeu atenção extra depois de ser mencionada no Inquérito nº 650/2009, que deu origem à Operação Caixa de Pandora. O ex-secretário de Relações Institucionais do DF Durval Barbosa disse ter ouvido que



O programa, cujo contrato foi assinado em 2007, visava atender 318 alunos em 528 escolas públicas do DF

a empresa prometeu um retorno compensador à campanha do ex-governador José Roberto Arruda (sem partido) caso fosse contratada pelo governo.

Em março do ano passado, o TCDF apontou diversos indícios de irregularidades. "Mão de obra, fornecimento de livros didáticos e de apoio aos professores, locação de espaços e passagens aéreas parecem estar incompatíveis com a realidade do mercado", aponta documento do órgão. Entre os problemas, houve pagamento de faturas sem discriminação da entrega de produtos e falta de documentos que comprovassem aumento de custo para a compra de armários. Nos últimos dois meses de 2007, a empresa gastou R\$ 618 mil na gestão do projeto, enquanto a previsão era de R\$ 88.633,92 para a realização de duas reuniões.

A assessoria de comunicação da Sangari avalia que a suspensão do contrato para a avaliação é natural, mas que não há qualquer irregularidade na prestação do serviço. Segundo a assessoria, não há indícios de envolvimento da empresa com as denúncias constantes na Operação Caixa de Pandora, uma vez que não houve indiciamento ou menção no relatório final da Polícia Federal.